



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

INFORMAÇÃO Nº 127/2022/UFPR/R/SA/DEPECON

PROGRAMA DA DISCIPLINA DE ECONOMIA E DIREITO - CÓDIGO SE068

Pré-requisito: não tem

Carga horária: 60 (sessenta) horas

Créditos: 04 (quatro)

Natureza: semestral

EMENTA

§ Estado e Economia: Generalidades.

§ Estado e Economia: Regulações, ordenações, controles. Intervenções na ordem econômica.

§ Preceitos Constitucionais no Brasil: A Constituição de 1988, as empresas e os direitos individuais e sociais.

§ A Organização do Estado Brasileiro: Novos ornamentos para a retomada do processo democrático e do modelo de crescimento econômico.

§ A Ordem Econômica: o sistema tributário, discriminação e conflitos de competências, política econômica.

§ O Poder Econômico: Premissas, abusos e controles.

§ Direito Administrativo: A prestação de serviços públicos: modalidades, contratos, concessões e permissões.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. NOÇÕES GERAIS DO DIREITO

1.1 O que é Direito, ordenamento, norma, estrutura da norma, regras e princípios, subsunção e ponderação, hierarquia, segurança.

1.2 Crise de paradigmas, common law, civil law, direito público e direito privado.

1.3 Lei de introdução às normas do direito brasileiro. Hermenêutica. Controle de constitucionalidade e legalidade.

1.4 Teoria geral dos contratos.

2. ELEMENTOS DE TEORIA DO ESTADO

2.1 Contrato social, soberania, separação de poderes, funções executiva, legislativa e judiciária, estrutura e organização dos poderes

2.2 Política, república, democracia, Estado Democrático de Direito.

3. PRECEITOS CONSTITUCIONAIS NO BRASIL

3.1 Estado brasileiro. Preâmbulo da Constituição, princípios fundamentais (arts. 1º a 4º).

3.2 Fundamentos: soberania popular, consagração do modo de produção capitalista e dos valores democráticos, dignidade da pessoa humana, democracia direta e indireta.

2.3 Separação de poderes. Objetivos: liberdade, igualdade e solidariedade.

2.4 Relações internacionais, integração latino-americana.

2.5 Estado brasileiro. Direitos e garantias fundamentais (arts. 5º a 17 da Constituição). Normas programáticas e normas de aplicabilidade imediata. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais.

4. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

4.1 Organização do Estado (arts. 18 a 43 da Constituição). Bens da união. Competências materiais da União. Competências legislativas da União.

4.2 Normas gerais. Competências comuns. Competências concorrentes.

4.3 Competência residual dos Estados. Constituição estadual.

4.4 Competências municipais, lei orgânica, interesse local.

4.5 Administração pública.

4.6 EC 19 e a reforma administrativa.

5. ESTADO E ECONOMIA

5.1 Generalidades. Primeiro setor, segundo setor, terceiro setor.

5.2 Ordem econômica. Intervenção estatal no domínio econômico.

5.3 Serviço público, exploração direta de atividade econômica pelo Estado, fomento.

5.4 Teoria da regulação. Direito econômico. Poder econômico, controle, abuso, antitruste.

5.5 Sistema tributário nacional. Finanças públicas. Receita e despesa. Precatórios. Leis do orçamento.

6. DIREITO ADMINISTRATIVO

6.1 Administração Pública. Atividades: serviço público, poder de polícia, regulação, fomento, exploração de atividade econômica.

6.2 Princípios. Supremacia da dignidade da pessoa humana.

6.3 Regime de direito público. Órgãos e entidades. Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Terceiro setor.

6.4 Ato e processo administrativos.

6.5 Contratos administrativos. Contratos de organização e contratos de delegação de competências. Licitação.

6.6 Concessões, permissões e autorizações.

6.7 Responsabilidade do Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARROSO, Luís Roberto. A dignidade da pessoa humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação. Revista Interesse Público n. 76, nov./dez. 2012, p. 29-70.

- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. 32. ed. Saraiva, 2013, 306p.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do Direito – Técnica, decisão, dominação. 7. ed. Saraiva, 2013, 368p.
- GRAU, Eros. A ordem econômica na constituição de 1988 SP. Malheiros, 2003, 327p.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 10. ed. RT, 2014, 1440p.
- SILVA, José Afonso da Silva. Curso de direito constitucional positivo. 37. ed. Malheiros, 2014, 934p.
- NUSDEO, Fábio. Curso de Economia – Introdução ao direito econômico. 7. ed. RT, 2013, 384p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRESSER PEREIRA, L.C. Reforma do Estado para a cidadania. SP, Ed.34, 1998, 365p.
- COMPARATO, Fábio Konder. O indispensável direito econômico. Revista dos Tribunais n. 353, 1965, p. 14-26.
- DAHL, Robert. Sobre a democracia. UnB, 2001, 230p.
- FORGIONI, Paula. Fundamentos do antitruste. 5. ed. RT, 2012, 480p.
- FUKUYAMA, F. Construção dos Estados: governos e organizações no séc XXI, RJ., Rocco, 2005, 168 p.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15. ed. Dialética, 2012, 1135p.
- LYRA FILHO, Roberto. O que é Direito? Coleção primeiros passos. 17. ed. Brasiliense, 2003, 94p.
- MEDAUAR, Odete. O direito administrativo em evolução. 2. ed. RT, 2003, 298p.
- MONTE SIMIONATO, F.A. A função social e o controle do poder de controle nas companhias. Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro, 135, jul-set, 2004., p 94-109.
- POSNER, Richard A. Teorias da regulação econômica. In: MATTOS, Paulo (coord.) et all. Regulação econômica e democracia. O debate norte-americano. Ed. 34, 2004, p. 49-80.
- SALOMÃO FILHO, Calixto. Regulação da atividade econômica (princípios e fundamentos jurídicos). 2. ed. Malheiros, 2008, 239p.
- STIGLER, George J. A teoria da regulação econômica. In: MATTOS, Paulo (coord.) et all. Regulação econômica e democracia. O debate norte-americano. Ed. 34, 2004, p. 23-48.
- STIGLITZ, J. Introdução à Macroeconomia. RJ, Campus, 2003, 446p.

Departamento de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.
Confere com o original.

Curitiba, 04 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE GUILHERME SILVA VIEIRA, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA - SA**, em 05/04/2022, às 11:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **4393821** e o código CRC **B1DCDA2C**.

